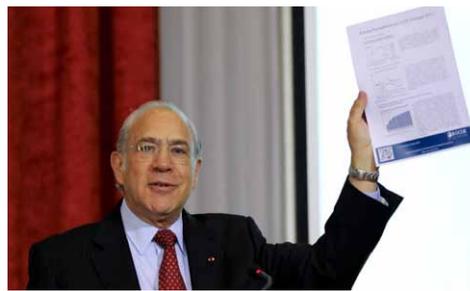




PSD p.6

Manutenção do "rating" pela Fitch é "má notícia"



PSD p.9

Governo sem capacidade reformista

POVO LIVRE



n.º 1955

8 de fevereiro de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

MAIORIA SÓ É COESA QUANDO HÁ BOAS NOTÍCIAS



O presidente do PSD esteve no concelho da Azambuja



Esposende

Os portugueses pagam as ilusões do primeiro-ministro

Num jantar em Esposende, domingo, 29 de janeiro, perante cerca de 1500 pessoas, o presidente do PSD afirmou que o Governo deveria privilegiar uma política de crescimento da economia, “em vez de andar à procura de medidas de compensação” para o aumento do salário mínimo nacional. Pedro Passos Coelho lembrou que, ainda esta semana, o ministro Vieira da Silva reconheceu que o atual ritmo de crescimento do salário mínimo nacional “não é sustentável num longo prazo”.

O líder da oposição questionou se em vez de andar à procura de medidas de compensação, “não era melhor adotar uma estratégia que pudesse pôr as nossas empresas, o nosso país a crescer o suficiente para aumentar o que eles querem ao salário mínimo nacional? Pois é isso que deviam fazer”. Assim, com o crescimento da economia seria possível aumentar não só o salário mínimo, como também as pensões e os salários de toda a sociedade.

O presidente do PSD afirmou ainda que o atual Executivo só cumpriu a meta que havia definido em 2016 porque fez tudo o que disse que não faria. Se o défice ficou, como António Costa afirma, abaixo dos 2,5%, isso foi à custa de medidas extraordinárias. O Governo socialista cobrou mais impostos, fez menos investimento público e aumentou as dívidas. “E ainda dizem que eram a alternativa. Não, isto não é alternativa”, exclamou.

Quem paga as ilusões do primeiro-ministro são os portugueses. “Porque é que não reveem a estratégia de crescimento para o País? Porque é que não usam uma estratégia que ponha as empresas a crescer e a criar emprego? Era melhor que atraíssem investimento e aumentassem o crescimento da economia para criar condições para assinar acordos”, afirmou o Pedro Passos Coelho.

O atual Executivo só sabe distribuir o dinheiro que



encontrou, e não sabe gerar novas fontes de riqueza para Portugal. Por isso mesmo, só duram enquanto houver dinheiro. Aquilo que a maioria que suporta o Governo defende na Europa e no papel de Portugal no mundo é o contrário do que Portugal precisa. “Se queremos um País que possa oferecer uma visão mais confiante e otimista para futuro, teremos hoje de nos esforçar mais”, disse o líder da oposição.

Ainda na semana passada, os portugueses viram no

parlamento um primeiro-ministro que empenhou a sua palavra num compromisso com os parceiros sociais, a quem impôs um aumento do salário mínimo nacional. “António Costa resolveu assinar um acordo que sabia que não podia cumprir. Foram os partidos da maioria que quiseram chumbar o acordo. O Primeiro-ministro não teve coragem de pedir aos partidos que o apoiam que fizessem passar a medida”, lembrou o Presidente do PSD.

“Nós dissemos que não fazíamos parte da geringon-



que acontece? Crescemos menos do que os outros e pagamos mais custos para crescer menos do que os outros. Hoje, depois de todo o esforço que fizemos, os hospitais voltaram a não pagar a horas, as dívidas aumentam, e o Governo faz de conta”.

O PSD trabalha para que o País possa crescer de forma diferente. Nunca desistirá da ideia que tem para Portugal e para o futuro dos portugueses, “porque somos um osso duro de roer”, assegurou o presidente do PSD.

ça. Se a aliança parlamentar não apoia o Governo, não é o PSD que tem obrigação de apoiar. Nós mostrámos aos portugueses que não faz sentido o governo ser populista e demagógico aliando-se à extrema-esquerda para dar boas notícias, culpando depois o PSD pelas demagogias que levam a cabo”, afirmou Pedro Passos Coelho.

“Nós conseguimos trazer clareza e transparência à vida política nacional pois percebeu-se que a maioria que apoia o governo só o faz pela demagogia e populismo, e não pela responsabilidade”, concluiu.

Quando o PSD esteve no Governo, procurou sempre enfrentar as dificuldades encontrando dentro da maioria as condições para governar. Nem sempre foi fácil e exigiu um grande sentido de responsabilidade.

O presidente do PSD defendeu que “o País beneficiou dessa estabilidade: saímos da bancarrota, gerámos emprego, e pusemos a economia a crescer. O que se passa agora é o contrário. Quando a conjuntura é mais fácil, o



Pedro Passos Coelho na Azambuja

Maioria só é coesa quando há boas notícias



Os portugueses não esquecem o passado e querem ter condições de criar ambição no futuro. Era suposto que este ano Portugal pudesse sair do procedimento por défice excessivo, mas afinal, o que está a acontecer?

“Estão a fabricar uma ilusão. Ainda hoje ficou claro, com a nota da unidade de apoio parlamentar, que a qualidade da redução do défice deixa muito a desejar, porque só é atingida com muitas medidas extraordinárias e há outras medidas que não são sustentáveis”, alertou o Presidente do PSD, perante centenas de simpatizantes e apoiantes, em Aveiras de Cima, concelho da Azambuja, dia 3.

Antes, o Governo do PSD era acusado pelas esquerdas de não investir. Mas sabemos agora que na Saúde o investimento caiu quase 30% e no Ensino básico e secundário quase 70%.

O Governo está a desinvestir na Saúde e na Educação, numa altura em que “supostamente deveria haver mais dinheiro para investir”. “Na política de Saúde, o investimento caiu quase 30% e no ensino básico e secundário 68,9%. Então, agora há dinheiro e as escolas não podem funcionar? A política não deve ser um concurso de simpatia, mas sim algo sério”, sublinhou Pedro Passos Coelho, destacando que o “PS não quer chegar a consensos com o PSD porque está a desfazer tudo o que o anterior Governo fez”.

“Como é que não havemos de assistir a escolas em greve como a que se sentiu hoje se as pessoas estão revoltadas por não haver assistentes operacionais nas escolas? Quando não havia dinheiro, nós assegurávamos o número de funcionários. Quando não havia dinheiro, nós reduzíamos a dívida da saúde”, afirmou Pedro Passos

Coelho, afirmando que estamos a assistir a uma “ilusão” criada pelo Governo.

Em 2010, o défice foi quase 11%. Quando o PSD saiu do Governo, estava em 3%. “Este ano dizem que vão ter um défice de 2,3%, mas à custa deste corte no investimento, que não tem paralelo em 40 anos. Esta é uma maneira socialista, que não é séria para o Governo”, disse o líder da oposição.

É preciso haver esforço e exigência, para se chegar a melhores resultados e passando ao patamar seguinte, indo mais longe. “Isso exige mudar algo, não é prometer tudo a todos. A política não é um concurso de simpatia. Tem de ser uma forma séria de mobilizar as pessoas para o que é importante”, exclamou Pedro Passos Coelho.

O líder do PSD acusou o Governo de estar a “fabricar ilusões” aos portugueses e de assentar numa maioria parlamentar (BE e PCP) que só funciona quando “há boas notícias”. “Quem é que não tem a noção de que este é um Governo que só fala em estabilidade política enquanto tem boas notícias para dar e enquanto tem dinheiro para distribuir?”, questionou. Durante a discussão do SMN e da TSU, ficou provado que a maioria que suporta o Governo funciona quando é altura de o apoiar ao dar boas notícias. “Mas quando foi preciso aprovar algo que poderia provocar danos, a maioria não existiu. Quando há dificuldades a ser enfrentadas, a maioria não funciona, e o Governo fica sem saber o que fazer”, acusou Pedro Passos Coelho.

O atual Governo não tem o apoio do PSD. Na altura em que o PSD procurou o seu apoio, quando ganhou as eleições, disseram não estar disponíveis. O Governo é apoiado pelo PS, PCP e BE. “Quando este Governo se





esgotar, que ninguém aponte o dedo ao PSD. O PSD não pode achar que conta como BE e o PCP para a demagogia e que quando se exige responsabilidade e patriotismo chama o PSD. O que não estiveram disponíveis para fazer connosco, acham que temos obrigação para fazer com eles. Não se pode, na oposição, estar disponível para viabilizar seja o que for a la carte”, disse.

possa ser melhoradas a cada ano. O que queremos para futuro é ter a certeza que as coisas estão bem, porque foi para isso que trabalhámos”, assegurou Pedro Passos Coelho.

O PSD espera que as autárquicas sejam uma boa oportunidade para poder mostrar aos portugueses que estamos ao seu serviço. Dar o contributo para que nada fique na mesma e para merecer a confiança dos portugueses.

“Um autarca deve ser um bom gestor, um político que perceba o que se passa à sua volta e que ouça as pessoas, que se identifique com os seus problemas e anseios. O melhor projeto passa por acrescentar valor e melhorar o dia-a-dia das pessoas. Que as mobilizem para que cada dia possa ser melhor do que o anterior”, concluiu o Presidente do PSD.

Governo promove política de baixos salários

Pedro Passos Coelho afirmou que aquilo de que o País precisa é de um Governo que gere confiança e que atraia investimento, porque é assim que se consegue criar emprego e riqueza.

Ao olhar para os dados que o Executivo foi divulgando, percebe-se que, enquanto que em 2014 havia perto de 400 mil portugueses a ganhar o salário mínimo nacional (SMN), em abril de 2016 o número chegava aos quase 840 mil e que, no final do ano transato, os dados do ministério de Vieira da Silva apontam para quase um milhão de portugueses com esta remuneração. “O Governo promove baixos salários e tem cada vez mais portugueses a ganhar o SMN”, acusou o Presidente do PSD, num momento em que o país devia estar em condições de as pessoas poderem ganhar mais.

“O país não perdoaria aos políticos e governantes se, depois de tudo o que passámos, tivéssemos de repetir o modelo que nos levou à bancarrota. Não queremos um Governo que queira agradar a todos, porque esses enganarão sempre alguém. Gostaríamos que as opções feitas fossem feitas com mais verdade e transparência”, referiu Pedro Passos Coelho.

Esperança no futuro

“Quando olhamos para futuro, queremos que todos os anos possam ser diferentes dos anos em emergência. Quando pensamos no futuro, pensamos em coisas que





Manutenção do “rating” pela Fitch é “má notícia”

A vice-presidente do PSD Maria Luís Albuquerque considera uma “má notícia” a agência de notação financeira Fitch ter mantido o “rating” de Portugal, atribuindo a decisão à falta de “confiança” e de “resultados macroeconómicos” nacionais.

“Para mim não é uma boa notícia”, afirmou Maria Luís Albuquerque, sábado, 4 de fevereiro, no distrito de Évora.

A vice-presidente do PSD afirmou que até há um ano Portugal se encontrava “na perspetiva de subir novamente para o nível de investimento, numa outra agência, que não apenas a agência canadiana DBRS”.

“Quando saímos do Governo, deixámos o país prestes a passar para um grau de investimento em pelo menos mais uma agência e, portanto, tudo aquilo que seja continuarmos no nível de não-investimento ou no nível de lixo é uma má notícia para o país”, disse.

Atualmente “mantermo-nos estáveis já é visto como boas notícias e isso já vai sendo recorrente”, o facto de se “achar que [quando] não acontece nada pior é uma boa notícia”, o que “é pena”, lamentou.

Para Maria Luís Albuquerque, Portugal “não transmite nem confiança nem resultados macroeconómicos que justifiquem” que o país “volte a ser considerado, para a maioria das agências, como um investimento de risco mais aceitável ou de risco mais baixo”.

A vice-presidente do PSD falava à margem do jantar de tomada de posse dos órgãos distritais da JSD/Évora, e reforçou que além de não se encontrarem “esses dados macroeconómicos suscetíveis de dar uma melhoria sustentada e uma previsão de uma evolução francamente positiva”, o país tem também “uma dívida que continua a aumentar e essa é, naturalmente, uma grande preocupação para os investidores”.

“E como temos um nível geral de muito fraca confiança daquele que pode ser até o comportamento político dentro do país, é natural que não haja perspetivas melhores”, acrescentou.

A vice-presidente do PSD mostrou-se preocupada



com “a situação do país”, argumentando que “há uma semelhança muito grande entre muitas coisas que estão a acontecer agora e o que aconteceu no final de 2010 e início de 2011”.

“Aliás, basta olhar para as taxas de juro para termos uma medida concreta dessas preocupações”, declarou a vice-presidente do PSD.

“MpD cumpriu em Cabo Verde sonho de Sá Carneiro”



O secretário-geral do PSD marcou presença na XI Convenção do MpD-Movimento para a Democracia, Cabo Verde, e elogiou o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no poder, considerando que, com as três vitórias eleitorais de 2016, o partido cumpriu em Cabo Verde o sonho de Francisco Sá Carneiro.

“Faço um paralelismo com o que o doutor Francisco

Sá Carneiro queria que era um presidente e uma maioria. O MpD conseguiu unificar isso. Apoiou um Presidente que foi vencedor, ganhou as legislativas, ganhou as autárquicas e fez um trabalho muito importante ao longo destes anos ao nível da oposição”, disse José Matos Rosa.

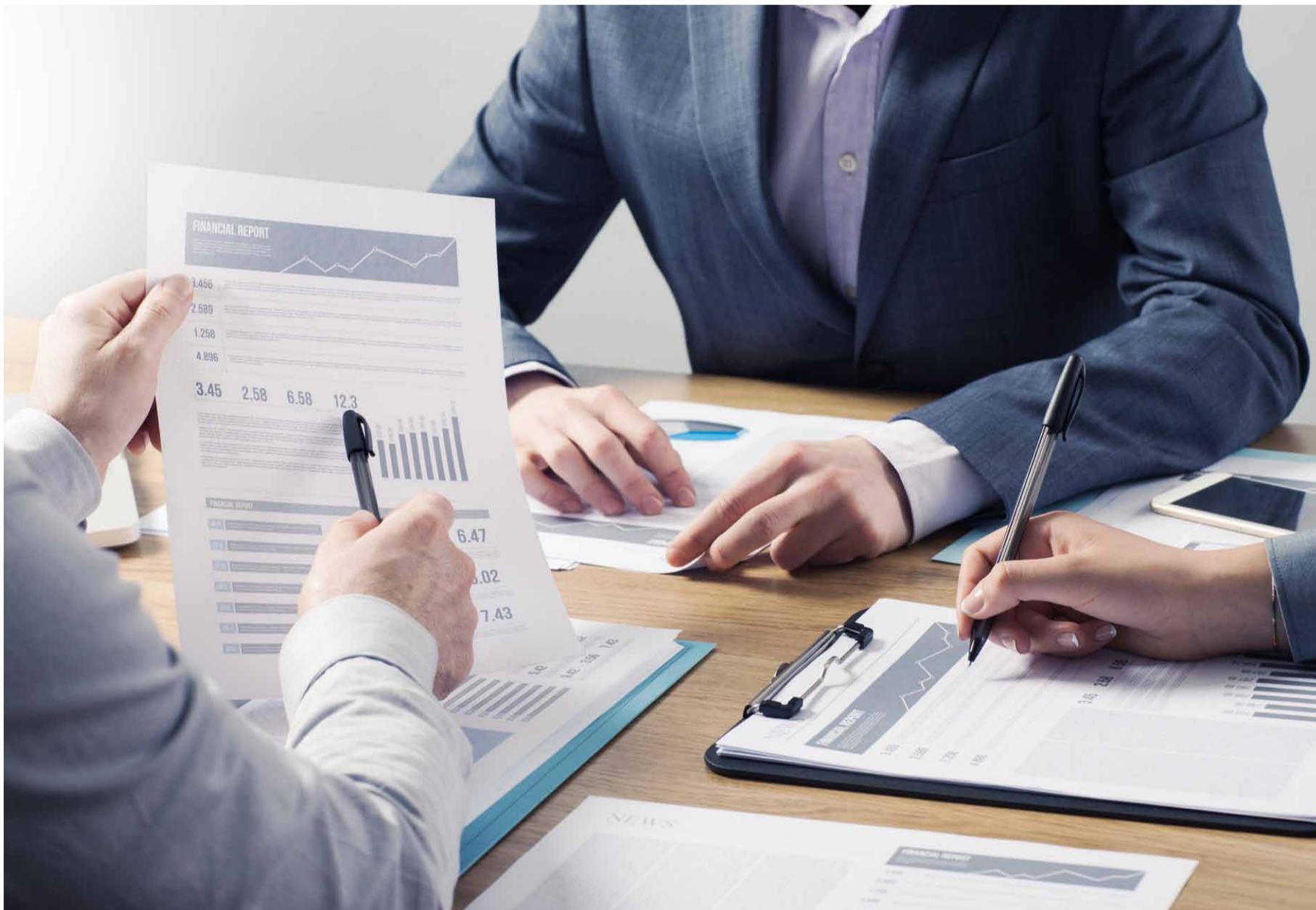
Para José Matos Rosa, o MpD “soube renovar os seus quadros, ter ideias novas e aproximar-se dos eleitores”.

“Para nós é muito importante essa aproximação, esse saber estar na oposição e saber estar no governo”, acrescentou.

O secretário-geral do PSD esteve durante os dias 3 e 4 de fevereiro, em Cabo Verde, a representar o Partido Social Democrata na XI Convenção do MpD.



Governo não revela relatório sobre a precariedade



No dia em que Mário Centeno foi ao parlamento descrever o estudo sobre o impacto das 35 horas, sem que os deputados tivessem tido acesso ao documento, sabe-se que o Governo ainda não apresentou o relatório sobre o trabalho precário no Estado. O primeiro-ministro volta, assim, a falhar na palavra dada.

O PSD questionou o ministro das Finanças, esta quarta-feira, na Comissão do Trabalho e Segurança Social sobre quando é que o Governo tornará público o documento que descreve a situação de precariedade no Estado. Mas Mário Centeno voltou a adiar a publicação do documento, remetendo para o dia 13 de fevereiro não a sua divulgação mas uma reunião do Governo com as estruturas sindicais para debater o “tema da precariedade”.

Já no último debate quinzenal, o primeiro-ministro garantiu que o referido relatório seria tornado público esta semana. “Na próxima semana vamos ter concluído e será público o relatório que foi feito e também a apresentação de um conjunto de medidas para responder a este flagelo”, prometeu António Costa. Mais uma palavra que ficou por cumprir.

Estudo das 35 horas chega tarde e levanta dúvidas

Contra o prometido na última audição do ministro das Finanças na Comissão do Trabalho e Segurança Social, ainda não foi hoje que os deputados puderam discutir o impacto do regresso do horário das 35 horas na Função Pública.

De acordo com o ministro Mário Centeno, o relatório foi entregue no Parlamento ontem, terça-feira, mas os deputados ainda não tinham acesso ao documento no momento em que decorreu a audição do ministro das Finanças, esta quarta-feira. Tal não impediu Mário Centeno de avançar que a reposição das 35 horas foi neutra do ponto de vista financeiro, não tendo aumentado a despesa com pessoal. Uma conclusão desde logo contestada pelo PSD. “É óbvio que esta medida está a ser paga pelas pessoas e pelos próprios funcionários”, refutou o deputado social-democrata Álvaro Batista.

O PSD começou por acusar o ministro das Finanças de ter “dois pesos e duas medidas” na exigência do cumprimento da lei, ao apresentar o relatório com mais de seis meses de atraso. Reportando-se à conclusão destacada pelo ministro Mário Centeno de que a medida não teve impactos ao nível de aumento da despesa com pessoal, Álvaro Batista contrapôs com os dados da UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental) do final do ano passado, que, na análise da contabilidade nacional às contas das administrações públicas no terceiro trimestre de 2016, refere que as despesas com pessoal cresceram, até setembro, a um ritmo superior ao valor previsto para a totalidade do ano. “Temos a UTAO a dizer uma coisa e o sr. ministro a dizer outra”, sublinhou o deputado social-democrata.

Além da incongruência dos números, Álvaro Batista realçou os custos que a redução do horário de trabalho na Função Pública está a ter na vida concreta das pessoas, “patentes na falta de pessoal nos hospitais, na falta de pessoal nas escolas, na falta de pessoal no atendimento da Segurança Social”, exemplificou.

Custos que se estendem, inclusivamente, aos próprios funcionários públicos, notou o deputado do PSD, que desafiou o ministro a desmentir que há milhares de funcionários a fazer horas extraordinárias sem serem pagas. “Diminuiu o tempo mas não diminuiu o trabalho nem a exigência aos funcionários públicos”, disse, lembrando que a maioria dos funcionários “por brio profissional, não deixa o trabalho por fazer” e portanto “fazem as mesmas horas que faziam antes e não lhes são pagas”.

O mesmo argumento foi usado pelo deputado Pedro Roque, que demonstrou a “contradição” de uma medida que reduz as horas de trabalho sem ser “acompanhada pelo aumento da dotação para o pessoal”. “Inevitavelmente, o funcionamento dos serviços está a ser afectado”, concluiu o também dirigente dos TSD.

Por sua vez, a deputada social-democrata Carla Barros acusou o ministro Mário Centeno de ter “ficado aquém” nas matérias relativas aos trabalhadores da Administração Pública, apontando-lhe o “desconforto” que tais matérias suscitam ao governo. Porque, argumentou, “é nas matérias da comissão do Trabalho e da Segurança Social que está o nutriente da geringonça, é com elas que consegue suportar toda a propaganda política deste governo e medir forças com o BE e o PCP”.

Para a deputada do PSD, o ministro das Finanças não ouve os representantes dos trabalhadores mas apenas aqueles dois partidos, num total desrespeito pelos parceiros sociais e pela concertação. “Aquilo que faz com os representantes dos trabalhadores é recolher as suas assinaturas para o compromisso”, denunciou Carla Barros.

OCDE

Governo sem capacidade reformista

O atual Governo não tem capacidade para implementar uma agenda de desenvolvimento e de reformas estruturais, corre o risco de aprofundar desigualdades e de manter a economia portuguesa próxima da estagnação, de acordo com o relatório, apresentado esta manhã, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O Executivo e a atual maioria rejeitam reformas estruturais, falham metas de crescimento, aumentam o endividamento público e privado e avançam com um verdadeiro projeto de reversões (na educação, nos transportes, no plano laboral).

Resultado, tal como destacam os quadros do relatórios, Portugal deverá crescer abaixo da média da zona euro, perdendo competitividade.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) aconselha, por isso, o Governo a prosseguir as reformas iniciadas por Pedro Passos Coelho, condição vital para fomentar a produtividade e criar mais crescimento económico.

A OCDE recorda que o investimento em Portugal caiu em 2016, após um crescimento nos dois anos anteriores, e prevê que o desemprego, de fraca qualidade, permaneça nos dois dígitos, durante os próximos anos.

A OCDE assinala que os resultados positivos atuais decorrem das reformas e da ação do Governo PSD/CDS entre 2011-2015. “O ímpeto reformista de Portugal tem de continuar. São muitos os problemas, há muito trabalho de casa. O endividamento público – mas também o privado – é muito elevado e o setor bancário continua frágil. A produtividade continua a ser baixa em comparação com a média da OCDE. As baixas qualificações da força de trabalho portuguesa não só travam a produtividade como constituem um obstáculo à igualdade dos rendimentos”, declarou o secretário-geral da OCDE.

Para Angel Gurría, “são necessárias novas reformas para fomentar o crescimento, a produtividade e em última instância o bem-estar dos portugueses”, tendo identificado três áreas de intervenção “prioritárias” também destacadas no relatório – o setor financeiro, o investimento e as qualificações do mercado de trabalho.

O relatório expõe o fracasso das metas do Governo: o baixo crescimento, a queda das exportações, a continuação da rigidez do mercado de trabalho e o ritmo de redução do desemprego que é “muito mais lento do que nos últimos dois anos”.

Reconhecendo que o desemprego tem estado a cair, a OCDE alerta que continua em “níveis desconfortavelmente elevados”, nos 10,5%, uma proporção que é de 26,1% entre os jovens.

Numa primeira reação, o ministro das Finanças veio afirmar que a taxa de desemprego em Portugal vai cair abaixo dos dois dígitos, ao contrário do que prevê a OCDE. Em vez de sistematicamente encontrar pretextos para os seus próprios insucessos, o ministro das Finanças devia justificar os seus próprios fracassos e previsões. Há pouco mais de um ano, o PS apresentava previsões de 2,4% do PIB para o crescimento. No Orçamento do Estado, a previsão já era de 1,8%. E agora não alcançará um crescimento superior ao de 2015 que foi de 1,6%. Porque não está a economia a crescer como o Governo tanto apregoou e prometeu?

As mais recentes previsões apontam para um crescimento abaixo dos 1,6% alcançado em 2015 pelo governo PSD/CDS. Na verdade, trata-se de um crescimento que não pode deixar ninguém satisfeito. A reação de Mário Centeno é preocupante, porque revela que o Governo não está interessado ou não tem a coragem de fazer o que tem que ser feito para Portugal crescer mais e melhor.

O desafio do investimento representa, para Angel Gurría “uma questão que tem de ser resolvida com urgência”.

A esse propósito, o PSD apresentou uma proposta para o investimento. Se o Governo estiver interessado em atrair mais e melhor investimento tem aqui uma solução: aprovar a proposta da reforma do IRC que o PSD apresentou.

A OCDE observa ainda que é urgente resolver o problema do crédito malparado no setor da banca, constituindo “uma situação preocupante” que “prejudica a estabilidade do setor financeiro e deixa a economia mais vulnerável”.

“São necessários mais incentivos regulamentares para os bancos anularem as dívidas nos seus saldos e desenvolver o mercado da dívida de cobrança duvidosa”, defendeu.

Para isso, é preciso “reforçar os incentivos a novos investimentos de capitais”, o que, por sua vez, exige “melhorias de eficácia judicial, reformas da regulamentação dos mercados de produtos, esforços para reduzir os encargos administrativos e a abertura a novas fontes de financiamento, em especial para as pequenas e médias empresas”.

Finalmente, Angel Gurría insiste que “melhorar as competências e as qualificações é outro importante desafio para Portugal”, ainda que o país tenha registado progressos recentes do governo de Pedro Passos Coelho, e é preciso prosseguir reduzir a elevada percentagem de abandono escolar, “que se situa perto de 14%, sendo a quarta mais elevada da União Europeia”.



IRC baixa até 18%

Portugal tem um problema na captação de investimento. Ainda esta segunda-feira o relatório da OCDE (Economic Survey) sublinha que o investimento tem sido significativamente mais baixo que nos restantes países do Euro e, após uma recuperação em 2014 e 2015, em 2016 o investimento voltou a cair. E este é um motivo que sustenta a urgência da proposta do PSD: retomar a reforma do IRC – o imposto sobre os lucros – com uma redução gradual do imposto até 18%, em 2020, oferecendo um quadro fiscal atrativo e programado para quem queira investir no País.

O nível para a fiscalidade e a previsibilidade é determinante para a decisão de investir, sobretudo quando se trata de projetos novos e em que competem vários países na sua atração.

Em dezembro de 2013, o governo PSD/CDS-PP colocou em prática uma reforma do IRC que permitiu estabelecer as bases de uma política fiscal de médio prazo e garantiu uma redução gradual do Imposto sobre os lucros. Como era previsível, esta medida criou nos investidores uma expectativa positiva de estabilidade fiscal, indispensável a um bom planeamento do investimento, que as empresas fazem no médio e longo prazo, bem como à sustentabilidade do emprego a criar. E os resultados foram claros: o investimento cresceu (Formação Bruta de Capital Fixo, FBCF, cresceu 4,5% em 2015) e o emprego associado também aumentou. Tratou-se, então, de uma reforma estrutural que contou com o apoio do PS.

Contudo, assim que chegou ao poder, o governo socialista, irresponsavelmente, rasgou o acordo que antes tinha assinado, sem olhar às consequências deste retrocesso para a confiança dos investidores e para os números do investimento que, como também se esperava face às circunstâncias, caiu em 2016.

O País precisa de manter o caminho de reformas iniciado e que permitiria (como permitiu então) um crescimento económico sustentado. Uma perspetiva que as opções desta maioria não permitem alcançar.

Receita cresceu quando taxa de IRC baixou

O PSD entende que, para restaurar a confiança dos investidores e aumentar o emprego com qualidade, é fundamental que seja retomada a descida da taxa de IRC que, além do mais, foi acompanhada, no período em que esteve em vigor, de um crescimento da receita deste imposto.

Neste cenário, o PSD propõe reduzir gradualmente a taxa marginal de imposto para 18% em 2019; retomar o alargamento do período de reporte dos prejuízos para doze anos; e defende o regresso a um limite mínimo de “participation exemption” para 5% (esta participação permite que as empresas não paguem IRC sobre dividendos e mais-valias recebidas por sócios que tenham uma participação relevante, sendo que, atualmente, o mínimo é de 10% de participação social).

O PSD volta a propor, assim, uma reforma que teve resultados comprovados em 2015 e que contribuirá, de forma decisiva, para tornar o país mais competitivo, mais atrativo ao investimento e merecedor de um maior nível de confiança dos investidores.

Governo pressiona bolso dos portugueses

Entrou em vigor no dia 1 de fevereiro de 2017 mais um imposto que pesa no bolso dos portugueses: o novo imposto sobre os refrigerantes. O consumidor que opte por comprar uma garrafa de 1,5 litros de refrigerante paga mais 15 ou 30 cêntimos. Se comprar, por exemplo, uma lata da famosa Coca-Cola, pagará mais 5 cêntimos.

Todos os sumos (excluindo os néctares) vão aumentar de preço. O mesmo nas águas com aromas. E até as bebidas como a sidra e o hidromel. O consumidor vai também pagar mais imposto se for comprar um maço de tabaco: o preço pode aumentar até dez cêntimos.

Luís Montenegro denunciou que 2017 é o ano “de um aumento muito significativo da carga fiscal”. O líder parlamentar lembrou que “já pagamos mais quando abastecemos nos postos de combustíveis, já pagamos mais quando recorremos a alojamento local, já pagamos mais quando compramos automóvel e já pagamos mais quando circulamos na via pública”.

Parece exagero, mas não é. Este é o aumento de impostos do Governo de António Costa, que havia prometido a “reposição de rendimentos a todos os portugueses”: aumenta o preço dos transportes, encarecendo os passes intermodais e bilhetes em 1,5%; aumenta a renda de casa em 0,54%; aumenta em 1,2% a eletricidade para quem está no mercado regulado; aumenta em 3,2% o Imposto sobre Veículos, assim como o Imposto Único de Circulação, que sobe 0,8%; aumenta o Imposto Sobre Produtos Petrolíferos em dois cêntimos no gasóleo; aumentam também as portagens, incluindo as das pontes 25 de Abril e Vasco da Gama. Foram 220 troços os contemplados com um aumento de, em média, 0,86%; aumenta o preço das bebidas alcoólicas; e aumenta o IMI para quem tiver uma casa com Valor Patrimonial Tributário entre os 600 mil e um milhão de euros, em 0,7%.



Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

Entrevista a Carlos Costa Neves, novo diretor do Gabinete de Estudos Nacional do PSD

“Preocupação em interligar com os ‘think-tanks’”

Carlos Costa Neves é o novo rosto do Gabinete de Estudos Nacional do PSD. Antigo ministro dos Assuntos Parlamentares e da Agricultura, Pescas e Florestas, o atual deputado social-democrata passa agora a tutelar o órgão que irá produzir conhecimento para fundamentar o combate político do Partido.

Em interação com os restantes órgãos do PSD, o Gabinete de Estudos estará aberto a todos os contributos de quem pretender participar, estreitando a proximidade entre o Partido de Pedro Passos Coelho e a sociedade civil. Uma missão em linha com os valores do humanismo e do reformismo, que o PSD preserva no seu ADN.

“A vontade é muita, a disposição é boa e o desafio é muito grande”, assegura o novo diretor do Gabinete de Estudos, que terá como diretores adjuntos os deputados Miguel Morgado e Nilza Sena.

Qual a missão do Gabinete de Estudos Nacional (GE) do PSD?

A missão do GE deve ser preparar o essencial. Ser a vaga de fundo e não a rebentação, o que implica escolher muito bem os trabalhos que se fazem, ter consciência dos meios de que se dispõe e saber que todo esse trabalho se destina a sustentar a atividade do Partido. Mas fazê-lo com tempo, não para os desafios do dia-a-dia. E aproveitando bem as energias e sinergias que possamos ter, de todos os que estão disponíveis – e são muitos – tendo sempre em conta que tudo o que formos fazendo é já, por si, também um contributo para o próximo programa de governo do PSD.

O GE deve fazer sempre um trabalho consequente e objetivo. Tenho esta preocupação porque sei que, para o dia-a-dia, temos órgãos mais indicados e que atuam com maior rapidez, como o grupo parlamentar no debate parlamentar e a própria Comissão Política no dia-a-dia. De nós, é esperado que fundamentemos esse combate político, mas fundamentemo-lo analisando as questões, tratando-as com mais detalhe e pormenor. O que não quer dizer que, sobre cada questão, se faça um tratado porque depois esse trabalho poderá tornar-se pouco operacional. Quer dizer que há uma grande preocupação em dar fundamentação às coisas.

E depois também não fará muito sentido elaborar esse trabalho e não ter em conta que ele deve ser aproveitado para algo mais extenso como o programa de governo.

De que forma o GE vai relacionar-se com os outros órgãos do partido?

Há uma série de entidades que existem no partido, com composições diferentes, mas que podem conjugar a sua ação. Devem conjugar e coordenar a sua ação e têm que interagir. Obviamente que o GE não faz trabalho para satisfazer a si próprio, para começar e acabar dentro de si próprio, tem que o dar a alguém. A nossa ação não é ter intervenção política junto da comunidade, é poder habilitar outros com o que nós prepararmos.

Se é assim – não para o debate do dia-a-dia mas, por exemplo, para iniciativas legislativas – temos que colaborar com o grupo parlamentar. Colaboramos também, de outra maneira, porque naturalmente os deputados serão também eles próprios membros do GE.

Em relação ao Conselho Estratégico, que, como o próprio nome indica, é um órgão de conselho à Comissão Política Nacional e ao presidente do partido, é óbvio que houve um grande cuidado na seleção das pessoas que dele fazem parte. Em determinadas áreas, e em que há pessoas especialmente habilitadas no Conselho Estratégico, obviamente que as consultaremos.

Em relação ao Instituto Sá Carneiro, podemos dividir tarefas. Entendo que o GE não deve ter iniciativas de base, como seminários, mas podemos fazê-lo em conjugação com o Instituto Sá Carneiro. Os vice-presidentes do partido e a Comissão Permanente têm áreas de responsabilidade distribuídas e a definição de prioridades



deve ser feita também com eles. Portanto, é preciso que possamos interagir, para não desperdiçar energias e para podermos ser úteis.

De que forma o GE vai ajudar o Partido a estar ainda mais perto da sociedade civil?

Todos vamos tendo a experiência de que há, felizmente, na sociedade civil, e não propriamente no dia-a-dia da vida partidária, imensa gente que quer colaborar. Todos nós, militantes do partido, já tivemos a experiência de alguém nos perguntar como pode ajudar e o que pode fazer. A nossa ideia é aproveitar essa disponibilidade, que é muito grande, de pessoas que estão interessadas em fazer algo, para além da sua vida pessoal e individual, que tenha a ver com políticas públicas e com o interesse comum. São exatamente essas pessoas que vamos aproveitar, que estão disponíveis e já nos contactaram, que já fizeram parte de iniciativas anteriores.

Uma das grandes forças do PSD é essa: ser um Partido de grande abertura à sociedade. E não é por acaso que nós, orgulhosamente, nos qualificamos como um partido humanista. E um partido humanista valoriza a pessoa, a iniciativa, a responsabilidade e a participação.

Nisso, somos muito diferentes dos partidos de esquerda ou dos partidos que vivem à volta dos seus comités centrais. Nós acreditamos que água corrente é melhor do que água estagnada. Acreditamos que a soma da energia de cada um, individualmente, pode constituir uma força importante. Acreditamos muito no poder, na liberdade e na vontade de participar de cada um de nós. E há muita gente que se revê nesta perspetiva de se sentir útil, de poder participar e de dar alguma coisa de si. E é com eles que nós contamos.

Nesse sentido, o GE vai poder contar com todos os contributos de quem queira colaborar?

Todas estas coisas, para serem eficazes, necessitam de um grau de organização. O GE tem que ter tarefas previamente definidas e programadas. Tem que produzir algo e produzir algo de útil.

Com organização e eficácia, procuraremos que as pessoas que participam possam sentir aquela sensação boa – que eu, pelo menos, sinto – que é estar a ser útil. Vai ser útil desde logo a si próprio, porque não podemos perder de vista isso, aqueles que nos rodeiam, aqueles que são mais diretos a resolver problemas que são comuns. Afinal, estar no domínio do bem comum.

E também com uma preocupação que, às vezes nos falha, que é assegurar a memória do que fizemos. Até com as novas possibilidades que todas as tecnologias que usamos hoje, e que já nem chamo novas, nos dão, nós podemos e devemos ter esses documentos disponíveis, para serem consultados em cada momento, por quem os vai usar. Alguns serão abertos a toda a gente, alguns serão publicitados, mas outros serão aquilo que alimenta a ação do partido.

Não será certamente algo aberto a toda a gente,

alguns serão publicitados, outros serão o pensamento que alimenta a ação do Partido.

Uma das coisas que considere essencial é não ser uma orquestra de um homem só. Vamos ter uma direção colegial, que terá mecanismos de substituição que assegurem o funcionamento além da minha disponibilidade, em determinado momento.

Vamos criar áreas de atuação, ligadas entre si, haverá elementos da direção responsáveis por cada área de trabalho e dentro dessas áreas haverá grupos de trabalho cuja composição pode ir variando consoante a importância de cada tema, a cada altura. Asseguraremos que os esforços são desenvolvidos de forma organizada e consequente.

Pode antecipar alguns dos nomes que farão parte da direção?

Está definido que os dois diretores adjuntos serão o deputado Miguel Morgado e a deputada Nilza Sena, mas a direção terá cerca de nove elementos. As restantes pessoas serão cidadãos que queiram exercer a sua cidadania e terá gente das universidades, da administração pública, da saúde, da educação, da banca, deputados e profissionais liberais, assim como ex-membros do Governo. Temos uma grande preocupação em interligar com os “think-tanks”.

Queremos aproveitar a vontade de quem quer ser útil. Quem lá participa não precisa de ter cartão de militante mas estará naturalmente ligado aos nossos valores e princípios.

Quais os próximos passos na organização do GE?

Vamos trabalhar por fases. Primeiro, pensaremos em termos de organização e sobre como trazer as pessoas que vamos responsabilizar pela direção, áreas e grupos de trabalho, que terão liberdade de trazer outras pessoas à sua escolha. Com essas pessoas e responsáveis do partido, vamos definir prioridades. Teremos de escolher o que fazer primeiro, com a preocupação de chocarmos com a responsabilidade de outras instituições mas organizar propostas. Queremos produzir e fazer, de forma discreta. Queremos fazer o nosso trabalho de forma útil e com tempo para pensar, conseguindo uma reflexão mais informada e profunda.

Essas prioridades relacionam-se de com a moção de estratégia global aprovada em Congresso?

Sim. A direção do partido baseia-se numa escolha democrática, que assentou numa moção de estratégia, por isso esse será um bom documento de base. Não deixaremos de olhar também para os dois últimos programas de Governo com que o PSD se apresentou. Teremos em conta o programa do Partido.

Teremos também em atenção as áreas que venham a ser definidas como essenciais e em que divergimos profundamente do que está a ser feito neste momento. Há que ter em conta também que há muitas coisas que se mantêm atuais, que necessitam das mesmas respostas, que os nossos princípios e valores não se alteram assim mas também é verdade que o mundo de hoje se altera muito rapidamente... Há novas formas de abordagem soluções do passado que estão esgotadas e por isso vamos onde sentirmos que é mais necessário ir.

Tal como o Partido preserva o seu ADN reformista, não há medo de ir à procura de novas soluções...

Faz parte do nosso código genético. Somos humanistas e valorizamos as pessoas. O Partido sempre foi reformador. Sempre tentou concertar o que estava mal e lançar novas ideias e abordagens. É natural que o GE queira estar na primeira linha no que são essas questões, no nos novos desafios do digital, nas grandes mudanças, onde não há posições feitas, onde as questões não estão refletidas.

A vontade é muita, a disposição é boa e o desafio é muito grande.

Vinte propostas no sentido certo para o Ensino Superior

O PSD apresentou, no Parlamento, três projetos de resolução que contribuem para combater o abandono escolar no Ensino Superior; alargar das bolsas de mérito aos alunos dos cursos de Técnico Superior Profissional (TESP); e promover a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais. No total, são 20 medidas justas, responsáveis e realizáveis; 20 propostas no sentido certo.

O combate ao abandono escolar no Ensino Superior faz parte do esforço nacional pelo aumento da qualificação dos portugueses, e por isso mesmo o PSD apresenta 10 medidas contra o abandono escolar no Ensino Superior. Destas, destacamos três: apoio às Instituições de Ensino Superior para desenvolvimento de respostas específicas adequadas à sua realidade territorial e académica que tenham em conta a sua oferta formativa e a natureza socioeconómica dos estudantes; insta o desenvolvimento de estratégias para permitir aos trabalhadores-estudantes uma melhor compatibilização da vida profissional com as exigências académicas, potenciando a formação graduada e pós-graduada ao longo da vida; apela para a necessidade de ser implemente um programa de regresso ao Ensino Superior, destinado a estudantes que não concluíram os seus ciclos de estudos, atendendo ao facto do atual governo ter anulado o programa Retomar.

A valorização do mérito individual é princípio basilar de uma sociedade livre e democrática. A atribuição de bolsas de estudo por mérito aos estudantes do Ensino Superior que mostrem um aproveitamento escolar excepcional no curso que frequentam inclui-se nesta filosofia e neste princípio de valorização social do mérito.

O PSD considera positivo que o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tenha, um ano depois de entrar em funções, finalmente recomeçado a pagar as bolsas de mérito em atraso. Mas recorde-se que o atraso acumulado no pagamento das bolsas foi mais um problema criado por um governo apoiado pelo Partido Socialista e que foi, de novo, agravado pelo atual executivo.

De facto, o não pagamento de bolsas em 2015 e o seu pagamento apenas no final de 2016 foi uma opção do atual governo. Recuperar atrasos nos pagamentos devidos e ajustar o regulamento das bolsas de mérito à nova realidade e às novas formações é um dever e uma necessidade.

O que o PSD fez por um Ensino Superior mais forte

Em 2014, no âmbito de uma estratégia política de crescente qualificação dos portugueses promovida pelo governo PSD/CDS de reforço e valorização do ensino profissionalizante e de diversificação da oferta de Ensino Superior e aumento da base social de acesso, foram criados os cursos de Técnico Superior Profissional (TeSP). Tratou-se de uma medida estrutural, colmatando uma total ausência de oferta formativa superior de nível 5 do Quadro Europeu de Qualificações para a Aprendizagem ao Longo da Vida e que respondeu à ambição de muitos estudante e necessidades das empresas. Os TeSP, à época muito criticados pelos partidos da esquerda, tiveram um êxito imediato, que anualmente tem vindo a ser confirmado e robustecido, sendo hoje frequentados por milhares de estudantes. Esta nova formação superior impõe a revisão do referido regulamento de atribuição de bolsa de estudo por mérito por forma alargá-lo aos estudantes TESP.

Mas o PSD quer também contribuir ativamente para uma maior inclusão dos estudantes NEE no Ensino



Superior. A disparidade significativa nos apoios disponibilizados a estudantes com NEE nos níveis de ensino obrigatório básico e secundário, nos quais a qualidade, a formação e o número de professores de Educação Especial tem vindo a crescer ao longo dos anos, relativamente ao que sucede na fase seguinte de entrada no Ensino Superior, onde os próprios estudantes têm que ser pró-ativos e auto-motivados para prosseguir e até para identificar apoios existentes, exige uma atenção acrescida a fim de garantirmos a construção de uma sociedade em que a igualdade de oportunidades para todos seja uma realidade.

Reconhecendo que a responsabilidade de garantir as condições desejadas para estes estudantes com NEE que ingressaram no Ensino Superior recai nas próprias instituições de Ensino Superior, a verdade é que isso também origina uma disparidade de sistemas de apoio em função dos diferentes estabelecimentos de ensino e respetivos meios, bem como limitações na resposta possível às necessidades identificadas, devido aos constrangimentos e limitações financeiras destas instituições. Assim, o grupo parlamentar do PSD apresentou nove medidas concretas, das quais se destacam: o estudo da possibilidade de introdução, no modelo de financiamento

do Ensino Superior, de critérios de majoração no custo do aluno para estudantes com NEE, em função do respetivo grau de incapacidade; que as vagas não ocupadas no contingente especial para alunos com NEE na primeira fase sejam disponibilizadas nas fases sucessivas do concurso nacional de acesso ao Ensino Superior; a promoção ativa de informação pública relativa às condições de acesso dos diplomados com NEE ao mercado de trabalho.

Apesar das significativas melhorias de todos os indicadores qualitativos da educação verificadas nos últimos anos, que se traduziram no aumento da percentagem de diplomados do Ensino Superior na faixa etária entre os 30 e os 34 anos (que subiu de 26,7% em 2011 para 31,9% em 2015), e do incremento do perfil de qualificação dos portugueses verificado no mesmo período, é unânime a consciência de que temos de dar continuidade a esse esforço nacional. Um esforço que passa por, no contexto social e político atual marcado por um populismo demagógico, indicar políticas concretas, realizáveis e responsáveis para preencher lacunas, propor medidas de promoção de equidade no acesso e frequência e dar continuidade ao combate ao abandono escolar no Ensino Superior. Esse tem sido o trabalho do PSD.

Governo assiste de forma pacífica à degradação das escolas



Ao caso da Escola Alexandre Herculano, já denunciado pelo PSD na semana passada, juntam-se a Escola EB2,3 Professor Egas Moniz, a Escola Básica e Secundária de Castelo de Paiva e as escolas de Santarém. De norte a sul, são vários os estabelecimentos de ensino afetados pela falta de investimento público que este Governo está a levar a cabo desde que assumiu funções. O atual Executivo entrará mesmo na história de Portugal como tendo sido o Governo que mais desinvestiu no setor da Educação.

O deputado Amadeu Albergaria e os deputados eleitos por Santarém denunciam alguns casos.

O desinvestimento observado tem sido aliás ignorado tanto pelos partidos de esquerda que suportam o Governo, como pela própria tutela, que sistematicamente se recusa responder às perguntas do PSD.

Estamos a assistir a uma ausência de investimento na rede de estabelecimentos escolares, com uma notória degradação dos edifícios escolares, como é o caso da Escola EB2,3 Professor Egas Moniz, localizada em Avanca, no concelho de Estarreja.

O atual estado em que a escola se encontra foi denunciado pela própria Associação de Pais, que afirma a escola apresenta condições indignas para professores, alunos e funcionários. De acordo com uma peritagem efetuada, o edifício apresenta problemas estruturais graves que estarão na base de situações de infiltrações e humidade nas salas de aula. A tudo isto, acresce ainda a completa deterioração dos telhados da EB2,3 Professor Egas Moniz.

No passado dia 26 de janeiro, Amadeu Albergaria, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, enviou ao Ministro da Educação várias perguntas que ainda não tiveram resposta. O deputado social-democrata questionou se o Ministério tinha conhecimento desta situação e se concedeu alguma resposta e/ou esclarecimento à Comunidade Educativa de Avanca sobre a atual situação em que se encontra a Escola EB2,3 Professor Egas Moniz. Os social-democratas querem ainda saber, entre outras questões, se está prevista alguma intervenção, no curto prazo, por parte do Ministério da Educação que vise a requalificação deste estabelecimento escolar.

Os problemas não se ficam por Estarreja e pelo Porto. O PSD também já havia denunciado, na passada quinta-feira, que Escola Básica e Secundária de Castelo de Paiva tinha falta de aquecimento e condições deficientes do pavilhão gimnodesportivo. Numa pergunta dirigida ao Ministério da Educação, a bancada social-democrata exige uma solução rápida, pois é necessário garantir as condições necessárias de conforto para o bom desempenho dos alunos, dos professores e dos funcionários.

Em Santarém, o mesmo cenário. Os deputados eleitos pelo distrito haviam questionado, aquando da abertura do ano escolar, o ministro da Educação sobre a falta de assistentes operacionais nas escolas. O PSD chegou mesmo a questionar a tutela se já estava “elaborado o levantamento e o mapeamento dos problemas e necessidades das escolas nesta matéria, qual é a solução do ministério para suprir as necessidades decorrentes da redução do horário de trabalho, que medidas pretende o Governo aplicar para compensar as autarquias que intervieram, disponibilizando assistentes operacionais às escolas que deles careciam”.

PSD desafia Costa a desvendar o “mistério” da Carris

O PSD desafiou António Costa a esclarecer o que quis dizer quando afirmou, esta quarta-feira, que o que se passou na Carris é “um verdadeiro mistério que alguém um dia devia investigar”.

“O que está em cima da mesa são as declarações do primeiro-ministro, que mais uma vez foi para a comunicação social lançar uma cortina de fumo sobre um tema de máxima importância para as pessoas de Lisboa e do Porto, deixando no ar a expectativa que existem coisas mal-esclarecidas”, acusou o deputado social-democrata Carlos Silva.

O deputado dirigiu-se à bancada socialista: “Eu deixo um desafio ao primeiro-ministro: ou diz o que sabe e denuncia a situação às autoridades criminais, ou então voltamos à conversa de café. Com estas atitudes, não dignifica o país. Esclareça ao país o que quer dizer quando se refere a situações com alguma falta de transparência”.

Portugueses poderão ter de pagar eleitoralismo do Governo

Ainda durante o debate de ontem, o PSD denunciou que foi o eleitoralismo que moveu o Governo na entrega da Carris à Câmara Municipal de Lisboa. Tal como afirmou o deputado social-democrata, “a festa dos descontos é só para alguns” e foi “curiosamente oferecida em ano de eleições autárquicas”.

Ao reforçar que o processo “vem reativar custos anteriormente eliminados”, o social-democrata recordou a “profunda reforma” das empresas de transportes empreendida pelo governo liderado por Pedro Passos Coelho, num momento em que o setor estava a “operar em falência”. Era objetivo do anterior governo eliminar “o encargo para o erário público”.

O deputado acusa o atual Governo de lançar “de novo a incerteza” e de criar “dificuldades acrescidas”. Reverter as subconcessões dos transportes significa travar “uma solução para as contas públicas e para o futuro dos portugueses”.

Para Carlos Silva, a municipalização da Carris, além de “reduzora”, “vai no sentido errado”. Referiu-se, ainda, à “profunda falta de transparência” que se tem verificado em todo o processo e que permite ao PSD concluir que “o Partido Socialista e o Governo mantêm a sua postura tradicional de falta de respeito”.

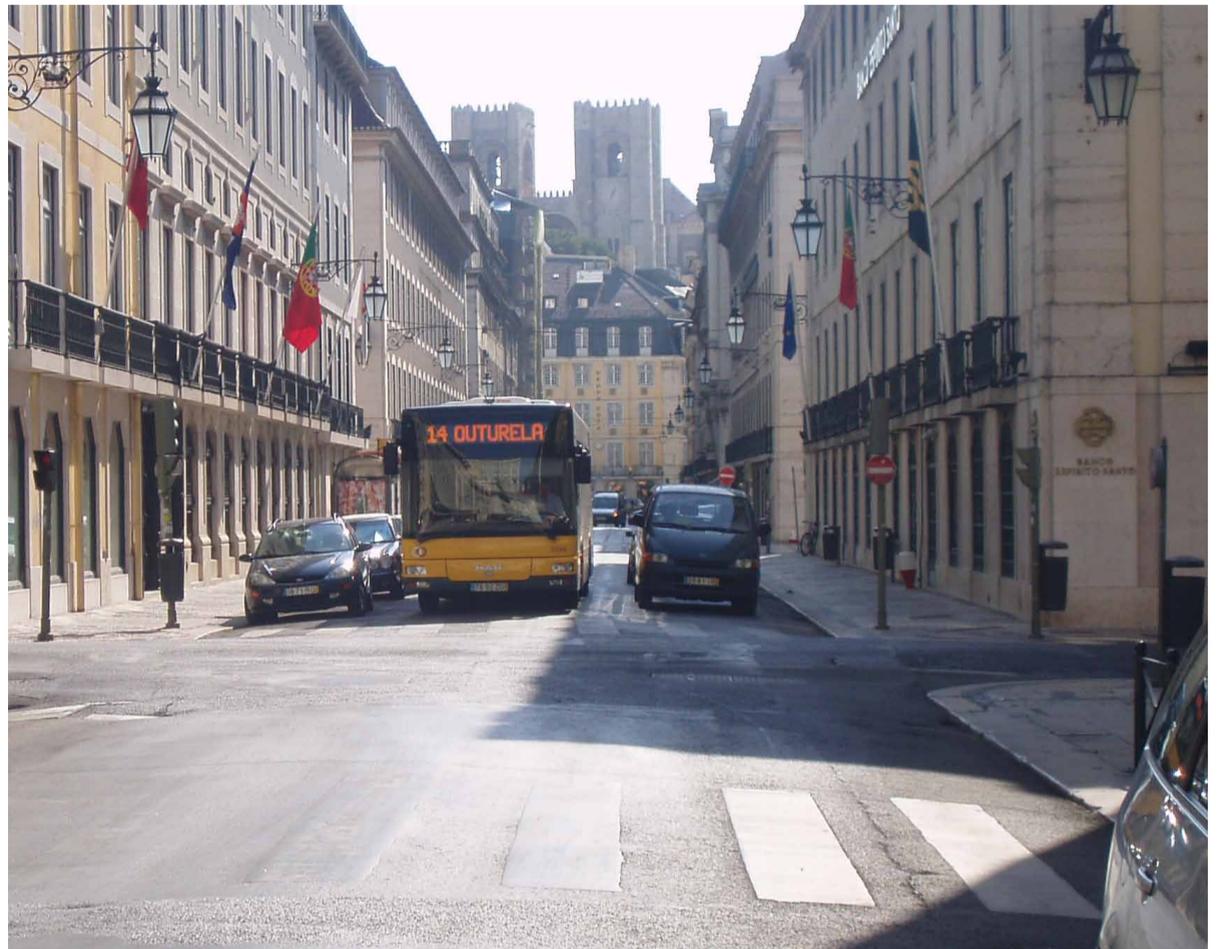
A municipalização da Carris tem-se revelado uma “muito pouca séria ação de propaganda eleitoral”. Tal como salientou o deputado Carlos Silva, “os portugueses merecem muito mais”.

Setor dos transportes – Que política?

O setor empresarial do Estado, no que diz respeito aos transportes, estava por ocasião do pedido de assistência económica e financeira, em 2010, em estado caótico, em verdadeira falência técnica, com empresas, postos de trabalho e serviço público em risco.

A troika impôs no memorando de entendimento, então assinado pelo PS, a correção da situação, implicando a racionalização e a reestruturação das empresas, com o objetivo de repor a sustentabilidade do setor e a qualidade do serviço público prestado.

O Governo PSD/CDS-PP, dentro dos condicionalismos com que se deparou e considerando a necessidade imposta de reduzir despesa, estudou soluções, racionalizou ligações, reestruturou as empresas. Houve necessidade de ajustar os preços e de criar o verdadeiro passe so-



cial, com preços substancialmente inferiores destinados a quem tem menores rendimentos.

Propôs, seguidamente, a subconcessão para os transportes de Lisboa e do Porto, um modelo assente na ideia de reduzir custos para todos os portugueses.

Com o fim das obrigações assumidas no âmbito da assistência económica e financeira e com um setor mais reequilibrado e saneado, o atual chefe do Governo lançou o país num ciclo de reversão das reformas feitas.

A verdade é que, hoje, o investimento, que na solução do governo anterior estava cometido à responsabilidade dos privados a quem foram atribuídas as subconcessões, não foi acautelado. Pelo contrário, este Governo aplicou mesmo congelamentos extraordinários nunca vistos sobre o investimento público.

O Governo prometia, em simultâneo, financiamentos às autarquias em véspera de ano de eleições autárquicas. Porém, em setembro do ano passado os municípios fizeram-se ouvir e manifestaram-se contra a falta de investimento, uma promessa não cumprida pelo governo socialista.

Os sindicatos e as paralisações dos transportes eclipsaram-se, mas a degradação do serviço público de transportes não se compadeceu. Os utentes manifestaram-se, dado que as falhas no serviço público começaram a ser evidentes e a agravar-se a um ritmo inaceitável.

O chefe do governo socialista saiu da maior câmara municipal do país, deixando um delfim no seu lugar. Tentou dar vantagem a um município socialista em vésperas de eleições autárquicas, atribuindo à Câmara Municipal de Lisboa a titularidade do capital e a gestão da Carris. Fê-lo sem ouvir a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, autarcas ou utentes.

Não se sabe, por exemplo, se estão garantidas as carreiras que ligam seis municípios até agora servidos pela Carris. Desconhece-se, ainda, se as promessas eleitorais feitas pela câmara de Lisboa (atribuição de passes gratuitos a crianças até aos 12 anos e redução no preço para idosos) se aplicam só aos habitantes de Lisboa ou também aos de outros municípios que a Carris servia.

Alguns municípios, mesmo sem o protetorado do Governo, procuram diariamente soluções integradas para melhorar o serviço de transportes na respetiva circunscrição. É o caso de Cascais que, tendo assumido a gestão da rede de transportes há sete meses, proporciona reduções de tarifas aos seus habitantes, enquanto aguarda o financiamento, adiado do Governo, ao eixo estruturante de transportes ferroviário de Lisboa-Oeiras-Cascais.

O Governo parece, apenas, preocupado com as eleições autárquicas. Não aparenta ter uma estratégia para o setor dos transportes públicos, mas continua a prometer investimentos avulsos, sem os apresentar previamente à Assembleia da República para validação.

Qualidade dos transportes públicos piorou

Luís Montenegro afirmou esta quarta-feira, após a conferência de líderes, que o PSD vai acompanhar “com muito interesse” a discussão de duas apreciações parlamentares apresentadas pelo PCP, “uma sobre os STCP e outra sobre a Carris”, agendadas para este mês.

Para o líder parlamentar trata-se de uma “discussão muito importante”, uma vez que a municipalização da Carris e da STCP foram “duas opções erradas do Governo que vêm na sequência das reversões que foram efetuadas relativamente à política de transportes e de mobilidade”. Ainda sobre este assunto, acrescentou que “desde que este Governo tomou posse” que os serviços pioraram e que há uma maior dificuldade de mobilidade. “Os cidadãos estão a ser altamente penalizados”, destacou.

O PSD registou “o recuo do PCP, que parece que se arrependeu de propor a cessação de vigência dos diplomas”, e vai, assim, “suscitar todas as matérias pertinentes nesta discussão”. Luís Montenegro reforçou que “não deixaremos de participar de forma muito ativa na discussão e de utilizar os meios regimentais que neste caso podem ser proposta de alteração ou proposta de cessação de vigência dos diplomas”.

Cativações condenam qualidade dos hospitais



Entre dezembro de 2016 e o início deste ano, sucederam-se notícias sobre caos nas urgências hospitalares, com situações em que doentes ficaram 11 e mesmo 13 horas à espera de serem atendidos. A comunicação social noticiou casos de doentes que esperaram seis dias por camas de internamento nos serviços de urgência.

No Hospital Amadora-Sintra, os tempos médios de espera dos doentes urgentes atingiram as 11 horas a 2 de janeiro, e as seis horas e meia no dia seguinte. No Porto, no Hospital de S. João, os doentes urgentes esperaram, em média, mais de quatro horas e meia para serem observados por um médico.

O ministro da Saúde chegou a garantir que “este ano as coisas estão a correr muito bem”. Também o secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, garantia, a 12 de janeiro de 2017, que este ano “não se registaram situações de caos nas urgências devido à gripe”.

Atrasos nas cirurgias e emergência médica

Desde o final de 2016, têm sido registadas, nos hospitais do SNS, inúmeras situações de cancelamento de cirurgias, quer por falta de recursos humanos, designadamente de anestesistas, quer em virtude de reafetação de camas para internamento por aumento

da atividade gripal, de que são exemplos o Centro hospitalar de São João do Porto, o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro ou o Centro Hospitalar Tondela – Viseu.

Igualmente nos últimos meses sucedem-se notícias sobre falhas e atrasos no atendimento do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), principalmente por falta de recursos humanos. No mês passado, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte (STFPN) acusou o INEM de demorar três minutos em vez de sete segundos (recomendados pelos manuais mundiais) a responder às solicitações de chamadas de emergência, por falta de operadores.

Pagamentos em atraso

No que se refere aos pagamentos em atraso, os últimos dados da Direção-Geral do Orçamento relativos à execução orçamental de 2016 revelam que, apesar da redução da dívida (vencida) em 215 milhões de euros, o montante dos pagamentos em atraso por parte dos Hospitais EPE (Entidades Públicas Empresariais) do Serviço Nacional de Saúde (SNS) ascendeu, no final de dezembro de 2016, a 544 milhões de euros, valor 20,6% superior (mais 93 milhões de euros) aos 451 milhões de euros existentes em dezembro de 2015.

Em 2016, a dívida total à indústria farmacêutica aumentou de 696,9 milhões de euros, em janeiro, para 779,9 milhões de euros, em dezembro, isto é, mais 80 milhões de euros do que há um ano, um aumento de 12%.

Também em 2016, os pagamentos em atraso à indústria farmacêutica aumentaram de 384,6 milhões de euros, em janeiro, para 517,8 milhões de euros, em dezembro, ou seja, mais de 133 milhões de euros que representam um aumento de 35%.

Medicamentos genéricos estagnados

O anterior governo reduziu o preço médio de venda ao público dos medicamentos em 27%, diminuindo mesmo o preço dos medicamentos genéricos em 53%.

A quota de mercado dos medicamentos genéricos passou de 31%, em 2010, para 47%, no final de 2015.

Nestes 14 meses de governo das esquerdas, o mercado dos medicamentos genéricos cresceu apenas 0,35 pontos percentuais, de 47% para 47,35%. Quer isto dizer que a quota de mercado dos genéricos está completamente estagnada.

Saúde

PSD quer explicações sobre limitação no acesso às urgências

O PSD anunciou que quer ouvir com urgência o ministro da Saúde no parlamento sobre um projeto-piloto de limitar o acesso às urgências apenas aos doentes encaminhados pela Linha Saúde 24 ou transportados por bombeiros ou INEM. “Ontem [quarta-feira] fomos surpreendidos por uma declaração do ministro da Saúde que nos parece de extrema gravidade, uma vez que o senhor ministro, em resposta às dificuldades nas urgências hospitalares, admite avançar com uma medida limitando o acesso das pessoas às urgências”, afirmou o deputado e vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Miguel Santos.

“De segunda a sexta-feira, entre as 08:00 e as 20:00, os doentes não poderão ir à urgência a não ser através dos bombeiros, do INEM ou da Linha Saúde 24 (...) Serão educados para que vão ao centro de saúde”, afirmou o ministro, num debate organizado pelo International Club of Portugal.

Para o deputado do PSD, esta “é uma medida punitiva dos cidadãos, é uma medida que limita o direito constitucional de acesso dos cidadãos à saúde e uma medida desesperada”, dizendo que não consta quer no programa de governo, quer em qualquer estudo conhecido.

“O nosso entendimento é que não há horas para haver acesso as urgências hospitalares, não há meios para haver acesso às urgências hospitalares, todos os cidadãos têm de ter acesso às urgências hospitalares”, defendeu o deputado, que coordena as questões da saúde na bancada social-democrata.

Por estas razões, o PSD apresentou um requerimento para que o ministro da Saúde “venha urgentemente à Assembleia explicar, fundamentar, responsabilizar-se e assumir o anúncio que fez desta medida”.

Para o PSD, esta medida resulta “de uma política errada do Ministério da Saúde no último ano e que está a ter efeitos perniciosos”.

“A resposta tem de ser no investimento, nos cuidados de saúde primários, no acesso privilegiado aos centros de saúde, às Unidades de Saúde Familiares, tem de ser na qualificação e recursos humanos, em medidas eficazes mas que não limitem o acesso das pessoas às urgências”, defendeu Miguel Santos.



O deputado social-democrata alertou que a medida, se for implementada, pode “até ter efeitos perniciosos”, como aumentar o afluxo dos doentes quer ao INEM quer aos bombeiros se essa for “a única porta de entrada às urgências”.

“As urgências hospitalares são a primeira porta para cidadãos que se encontram em situação de absoluta necessidade, esta medida o que faz é trancar essa porta, estreitá-la e tentar retirar os cidadãos das urgências, o que não é todo admissível nem pode acontecer”, disse.



Deputados exigem formalização do financiamento para “Joãozinho”

Os deputados do PSD eleitos pelo distrito do Porto manifestaram-se “muito preocupados” com o financiamento para a construção da ala pediátrica “Joãozinho” do Centro Hospitalar de São João, que “não está assegurado” formalmente.

“Saímos muito preocupados porque o investimento de 20 milhões na ala pediátrica [tem apenas] garantida uma manifestação de intenções”, afirmou Miguel Santos, vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, da Comissão de Saúde da AR, depois de uma reunião com o presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de São João.

Em janeiro foi anunciado que o Ministério da Saúde aprovou o plano para construção do internamento pediátrico do Hospital de S. João, no Porto, que representa um investimento de 20 milhões de euros mas, segundo os sociais-democratas, “o financiamento não está assegurado do ponto de vista formal”.

Após a visita – que contou com a presença dos deputados Miguel Santos, Paulo Rios, Emília Santos, o líder da distrital Bragança Fernandes, o líder da concelhia Miguel Seabra e o candidato à Câmara do Porto e ex-presidente da ARS Norte Álvaro Almeida – os sociais-democratas disseram ainda estar “surpreendidos” por saber que aquele hospital “tem necessidades de investimento de 66 milhões de euros que também não estão devidamente assegurados”.

Tem por isso um “risco de degradação das condições de prestação de cuidados de saúde que vão para além da ala pediátrica”, razão pela qual dizem não entender “como é que o governo deixa um centro hospitalar com esta dimensão, um centro de referência da região norte, abandonado em termos do investimento necessário para assegurar o bom funcionamento das instalações”.

Os deputados do PSD anunciaram que vão “denunciar esta situação e exigir que o Governo (...) aumente o investimento para a área da saúde”, sobretudo para a região Norte.

O projeto “Joãozinho” nasceu em 2009 e em março de 2015 foi lançada a primeira pedra da obra pelo então primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho. O projeto só avançou nove meses depois com a demolição de instalações junto à Urgência Pediátrica, mas a obra voltou a parar pouco tempo depois.

Redução do IVA garante economia mais competitiva



O líder do PSD/Açores, Duarte Freitas, anunciou que o PSD entregou no parlamento regional uma proposta de decreto legislativo para que a taxa normal de IVA baixe de 18% para 16% no arquipélago. “Esta proposta visa dinamizar a economia regional, aumentar a competitividade das nossas empresas e, por via disso, criar mais potencial de empregabilidade na região”, destacou o presidente do PSD/Açores.

“Queremos ajudar as empresas açorianas a tornarem-se mais competitivas. Baixar a taxa do IVA vai permitir que produtos que a Região exporta tenham preços mais baixos. Garantimos assim estas exportações se tornam mais competitivas”, afirmou Duarte Freitas, após uma reunião com a Câmara de Comércio e Indústria da Horta, 1 de fevereiro.

Duarte Freitas apelou ao PS para que se “junte a esta proposta que ajuda as empresas açorianas e cria emprego”, alegando que “já não há nenhuma razão que impeça a redução da taxa do IVA nos Açores”.

De acordo com Duarte Freitas, as famílias açorianas “serão também beneficiadas” com esta proposta, que mais não faz do que aproveitar a oportunidade prevista na Lei de Finanças Regionais, que concede às regiões autónomas a capacidade para reduzir os impostos em 30% face ao território nacional.

Duarte Freitas referiu que o diferencial fiscal foi criado quando Mário Soares era primeiro-ministro, mas lamentou que nos últimos dois anos não tenha sido aplicado o diferencial máximo de 30% previsto naquela lei no que concerne ao IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

“Nestes 32 anos de história, só em dois anos é que, em vez de termos 30% de diferença, tivemos apenas 20%”, salientou o líder do PSD/Açores, que entende que está na altura de a região voltar a ter a taxa normal do IVA “no limite daquilo que é o diferencial de 30 pontos percentuais”.

Confrontado pelos jornalistas com o eventual impacto financeiro desta medida nos cofres da região, Duarte Freitas estimou um valor “entre 15 a 20 milhões” de euros por ano.

“Mas mais importante que isso, é bom lembrar, este dinheiro não sai dos Açores, fica nos Açores”, destacou Duarte Freitas, que já tinha anunciado apresentar esta medida no congresso regional do PSD, em janeiro, em Ponta Delgada.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1054 • 31 JANEIRO 1996 • PREÇO 100\$00

PSD alerta os Portugueses

Milhões de contos já comprometidos ainda sem orçamento

• *Um Governo minoritário não pode ditar leis ao Parlamento*

O PSD alerta os portugueses para o facto de o Governo estar a «provocar artificialmente um clima de instabilidade» no País, ao admitir a demissão do Primeiro-Ministro no caso do Parlamento rejeitar o Orçamento de Estado para 1996.

Em conferência de imprensa, o vice-presidente da bancada do PSD Carlos Encarnção recordou que o Governo do PS é minoritário e, por isso, terá de negociar com as oposições e não assumir uma postura como se tivesse maioria absoluta.

«Um Governo minoritário tem de negociar com o Parlamento. Não pode impôr ou ditar leis ao Parlamento» —

acentuou Carlos Encarnção, considerando «inaceitável que o executivo minoritário do PS exija um cheque em branco para a votação do Orçamento na Assembleia da República».

No encontro com os jornalistas, Carlos Encarnção divulgou uma nota do Grupo Parlamentar do PSD, onde se afirma:

«O Governo minoritário do PS vai a caminho dos cem dias de existência.

Não teve tempo para apresentar o Orçamento de Estado, dentro do prazo legal. Mas tem tempo suficiente para já falar em demissão. O Governo minoritário do PS já teve tempo para proceder a centenas de saneamentos de altos cargos da

Administração, para abolir portagens e suspender propinas e obras públicas, sempre com encargos crescentes para os cofres do Estado e para os bolsos dos contribuintes.

O Governo minoritário do PS já comprometeu centenas de milhões de contos do próximo orçamento sem este ser aprovado.

O Governo minoritário do PS reconhece, pela voz do seu Ministro das Finanças, que não pode garantir que não haja lugar a aumento de impostos em 1997 e deixa perceber que só as promessas eleitorais impedem que isto aconteça em 1996.

(Continua na página 3)

Governo não cumpre as leis em vigor e prejudica economia nacional 3

XVIII Congresso Nacional
Regulamento e rateio dos Delegados 6

A verdade na dívida de 2016

Maria Luís Albuquerque (*)

Sempre que os dados ou as notícias não são positivos, há algo com que podemos contar por parte deste Governo: não haverá uma resposta séria, uma explicação honesta. Teremos sempre responsabilidades de outros, passados, futuros, externos, ou simplesmente cortinas de fumo. O primeiro-ministro veio ontem “explicar” a subida da dívida pública em 2016, cujos dados o Banco de Portugal hoje tornou públicos.

Segundo o primeiro-ministro, a dívida bruta voltou a crescer – depois de ter diminuído em 2015, nunca é demais recordar – por causa dos problemas do Banif e da CGD. Ora, o Banif foi resolvido em 2015 já por este Governo e o essencial dos efeitos desta decisão ficaram registados em 2015. Quanto à CGD, ainda não foi recapitalizada (que urgente que era o processo...) e os 2,7 mil milhões de euros que teriam ficado de reserva em 2016 para tal foram quase todos utilizados em novembro para uma amortização adicional ao FMI, precisamente porque a recapitalização da CGD estava atrasada.

Se os argumentos usados pelo primeiro-ministro não fazem sentido, qual é então a verdadeira razão do aumento da dívida bruta? A verdade é que o crescimento da economia não foi o prometido, nem o necessário para travar a dinâmica da dívida e continuar a inversão de trajetória iniciada em 2015. E não é menos verdade que o Governo está preocupado, e muito, com a subida dos juros da dívida pública e com a capacidade de se continuar a financiar no mercado, mesmo se não o confessam. Não há melhor prova do que o juro que estiveram dispostos a pagar para a primeira emissão do ano – 4,23%. E não se ouvem críticas aos cofres cheios...



(*) Vice-Presidente do PSD

Novo Banco: Nacionalizar é socializar custos por todos os portugueses

António Leitão Amaro (*)

Uma curiosa aliança se tem formado em defesa da nacionalização do Novo Banco: os que ideologicamente obstinados querem o Estado a gerir todas as empresas e setores da economia; os que estão alarmados com o fim de uma certa maneira permissiva (quando não promíscua) de gerir a concessão de crédito; os que querem passar para os contribuintes a responsabilidade e custos assumidos pelo sistema financeiro na resolução do BES; e quem nos habituou a decidir pelo mais fácil ignorando, ou fingindo desconhecer, os custos imediatos e futuros que impõe a todos.

O PSD é, por princípio, contra a nacionalização de bancos e, também, do Novo Banco.

Portugal já tem – e bem – um grande banco público, a CGD. Que país moderno e desenvolvido tem mais de 40% do setor financeiro nas mãos do Estado? Que fins e atividades bancárias sérios e de interesse público não podem (e devem) ser adequadamente realizados pela CGD? Porquê mais um banco público, quando há ainda o que fazer na limpeza, reestruturação e reorientação estratégica da CGD iniciadas em 2011? Porquê meter ainda mais milhares de milhões de euros dos contribuintes, quando estes já vão fazer um enorme (e ainda inexplicado) esforço para recapitalizar a CGD, para cobrir



erradas decisões de crédito do passado? Porque querem os partidos da esquerda mais um banco público, quando tentam à força impedir a transparência sobre a gestão da CGD e calar a Comissão de Inquérito que investiga as ruinosas decisões de crédito da CGD do passado? Para quê colocar mais um banco sob gestão de um Governo que no último ano tão mal tratou o banco público existente? Recorde-se que, em menos de um ano, a CGD viveu duas crises de governação, com duas administrações a ficar com poderes limitados de gestão.

Portugal não precisa de mais um banco público, nem os portugueses de suportar os custos de uma nacionalização. Sim, nacionalizar é socializar por todos os portugueses enormes custos previsíveis e outros tantos desconhecidos.

Se recordarmos a nacionalização do BPN percebemos como uma operação alegadamente neutra – o primeiro-ministro Sócrates chegou a dizer que não iria prejudicar os contribuintes – se transformou numa fatura gigantesca de milhares de milhões de euros e, ainda, a contar....

Nacionalizar implica pagar milhões pela nacionalização: como contrapartida legal da transferência da propriedade, o Estado, i.e. os contribuintes, teriam de pagar ao Fundo de Resolução e eliminar a totalidade ou parte do crédito por empréstimo que, através do Fundo de Resolução, o Estado tem sobre os bancos portugueses.

Com a nacionalização, o Estado, i.e. os contribuintes, assumiriam também a responsabilidade e os custos de todas as futuras recapitalizações do Novo Banco e, eventualmente ainda, a cobertura de indemnizações por processos judiciais pendentes.

A estes custos diretos de milhares de milhões de euros somar-se-iam os do impacto da nacionalização na dívida pública, com o agravamento dos juros pagos pela República. Veja-se como as opções do Governo das esquerdas trouxe na emissão de janeiro deste ano um aumento, em mais de 400 Milhões de euros, da fatura de juros a pagar pelos portugueses.

Mas nacionalizar significaria também condenar o Novo Banco a uma diminuição expressiva. As regras europeias de concorrência só admitiriam nacionalização e recapitalização com um plano de fortes remédios de reestruturação do banco. Se a recapitalização da CGD está condicionada ao emagrecimento do banco, imagine-se as exigências da DGComp para uma injeção pública num segundo banco público, que daria ao seu proprietário, mais de 40% de quota de mercado... Por alguma razão a autorização da DGComp para a prorrogação da venda do Novo Banco não admitiu ou autorizou a nacionalização. Nacionalizar seria, portanto, pagar por um banco, para acabar ficando com um banquinho...

Argumentam alguns que nacionalizar permitiria ao Estado ficar com um banco pelo qual já pagou. Errado! Em 2014, aquando da resolução do BES, o Estado emprestou ao Fundo de Resolução um montante de 3.900 Milhões de euros que vai receber de volta, pago pelo conjunto dos bancos nacionais através das suas contribuições obrigatórias. Nacionalizar o Novo Banco seria libertar os bancos desta responsabilidade e transferir recursos dos portugueses para os bancos. Nacionalizar seria abdicar total ou parcialmente deste pagamento dos bancos, para além de custos adicionais com as recapitalizações que os contribuintes teriam de assumir.

O sistema bancário português, após acionistas e alguns obrigacionistas séniores, assumiu parte do custo da resolução do BES e de capitalização do banco de transição, o que se justificava por beneficiar do efeito de estabilização sistémica. Foi possível regulamentarmente encontrar condições para que os bancos e fundo de resolução cumpram aquele empréstimo do Estado num prazo e condições sustentáveis. O que já não se justifica é libertar os bancos dessa responsabilidade para fazer o que se evitou em 2014: impor esse custo final aos contribuintes.

Há ainda quem argumente que seria preferível uma nacionalização temporária, como se o Novo Banco já não vivesse numa situação transitória há praticamente 3 anos. Seria na mesma nacionalizar, assumir todos os custos que tal implicaria, e esperar que o tempo gerasse



resultados diferentes do que até aqui aconteceu.

Já em agosto de 2015 o Governo do PSD defendeu que não se adiasse a venda, preferindo que esta se realizasse mais cedo, do que mais tarde. O Banco de Portugal entendeu diferente, mas pelas informações públicas parece que o tempo decorrido trouxe mesmo uma desvalorização significativa das ofertas pelo banco.

Ora, é também neste ponto que não se pode deixar de responsabilizar o atual Governo das Esquerdas, que tem ativamente contribuído para desvalorizar o Novo Banco e prejudicar o processo e condições de venda.

O Governo tem contribuído para a desvalorização do Novo Banco com a sua política económica e financeira que, ao arrefecer a economia, causar uma enorme quebra no investimento e perda de competitividade, afetam seriamente a situação e valor de todos os bancos nacionais, por lhes diminuir procura e agravar a capacidade dos seus devedores lhes pagarem empréstimos e responsabilidades.

O Governo e as esquerdas desvalorizam o Novo Banco com sua infundável conversa sobre a reestruturação da dívida, que contamina as condições de acesso a financiamento da República e consequentemente dos bancos e empresas. É que, se os ratings da República tivessem mantido a trajetória de subida que registava mas foi interrompida a partir do final 2015, os bancos teriam maiores rentabilidades e valor.

O Governo está a prejudicar o valor e a venda do Novo Banco com a sua política económica e orçamental que tem causado um aumento – único na Zona Euro - dos juros da dívida pública, que não só contagiam os custos de financiamento dos bancos, como causam uma desvalorização dos seus balanços. Isto é particularmente grave, porque no último ano conjugaram-se em Portugal dois movimentos perigosos que lembram 2010: os juros aumentaram (isso significa diminuição do valor dos títulos de dívida no balanço dos bancos), enquanto os bancos portugueses aumentaram muito a sua carteira de títulos de dívida.

Finalmente e muito diretamente o Governo e sobretudo o PS têm prejudicado o valor do Novo Banco e o processo de venda com as suas incoerentes e várias vezes alarmistas declarações. Que pensará um investidor quando ouve o Ministro das Finanças a acenar – até por escrito – com a liquidação do Novo Banco? Para logo depois virem os mais altos responsáveis do Partido Socialista defender a nacionalização, sugerindo que o banco não tem situação e valor para ter uma boa oferta e ser bem vendido. Quando é o vendedor a fazer tais apreciações sobre o ativo que vende, como se pode esperar sucesso? Merecíamos um Governo que defendesse melhor os portugueses!

(*) Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Braga, para reunir, no próximo dia 10 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 18h00 na sede, sita no Largo Senhora-a-Branca, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na secretaria da Secção, ao Presidente da Mesa de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 21h30

BORBA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Borba, para reunir, no próximo dia 10 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 18h00 na sede, sita na Av. do Povo, nº 3, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção
Mesa da Assembleia de Secção
Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede da Distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, 48 - Évora, que se encontra aberta para o efeito até às 24h00.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 20h00

FREIXIANDA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Freixianda - Ourém, para reunir, no próximo dia 10 de Março de 2017 (sexta-feira) pelas 21h30 na Rua D. Afonso Henriques - Centro Comercial, Loja 16 - Freixianda, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo da Freixianda

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD de Ourém.

- As urnas estão abertas das 21h30 às 23h30

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lagos, para reunir, em sessão ordinária no próximo dia 25 de Fevereiro de 2017 (sábado), pelas 14h30, na sede, sita na Rua Soeiro da Costa, nº 48-50, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1.- Autárquicas 2017

2.- Outros assuntos de interesse concelhio

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-

-se a Assembleia da Secção de Loures, para reunir, em sessão ordinária no próximo dia 20 de Fevereiro de 2017 (segunda- feira), pelas 21h00, na sede, sita na R. Diogo Cão, nº 2 - Loja nº 4 -Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1.- Informações

2.- Análise da situação política - Processo Autárquico 2017

3.- Emissão de Parecer sobre a proposta da Comissão Política relativa a candidaturas a órgãos das Autarquias Locais.

MOITA

CORRECÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS

A convocatória da Secção da Moita publicada no "Povo Livre" de 04 de Janeiro de 2017 tem a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Contas 2016

3 - Autárquicas 2017 - Aprovação de estratégia autárquica

NISA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Nisa, para reunir, no próximo dia 17 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira) pelas 21h30 na sede, sita no Largo Heliodoro Salgado, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleições Autárquicas 2017

OURIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ourique, para reunir, no próximo dia 24 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Dr. António Nobre Semedo, nº 28, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Dar parecer sobre a proposta da Comissão Política de Secção relativa à candidatura à Câmara Municipal de Ourique - Autárquicas /2017, nos termos da alínea f), nº 2 do artigo 53º dos Estatutos do PSD

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Varzim, para reunir, no próximo dia 17 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Praça do Almada, nº 7, escritório 1, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Análise e aprovação do relatório e contas do ano de 2016

2 - Análise da situação política actual

3 - Outros assuntos

RIO DE MOINHOS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Rio de Moinhos - Penafiel, para reunir, no próximo dia 25 de Fevereiro de 2017 (sábado) pelas 15h00 no Salão Nobre do edifício sede da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, sito na Praça 20 de Junho, nº 84, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política

2 - Preparação do acto eleitoral para a Comissão Política do Núcleo

RIO DE MOINHOS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Rio de Moinhos - Penafiel, para reunir, no próximo dia 11 de Março de 2017 (sábado) pelas 15h00 na sede do Núcleo, sita no Edifício Jardim, Loja G, Av. de Cans, nº 309 - Rio de Moinhos, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 17h00

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Santarém, para reunir, no próximo dia 21 de Fevereiro de 2017, (terça-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Largo Cândido dos Reis, nº 12, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação Política Actual

2 - Autárquicas 2017

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sever do Vouga, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 18 de Fevereiro de 2017 (sábado) pelas 18h30 na sede, sita na Rua do Casal, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Dar cumprimento ao artigo 53, nº 2, alínea f) dos Estatutos Nacionais do PSD

SILVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Silves, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 17 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Cândido dos Reis, Lote C Loja B, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Aprovação das contas do PSD/Silves relativo ao exercício de 2016, conforme a alínea d) do artigo 53º dos Estatutos

2 - Outros assuntos

VALENÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Valença, para reunir, no próximo dia 24 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira) pelas 21h30 na sede, sita no Edifício de Cristal, Piso 4 Loja 65, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Dar parecer, de acordo, com o Artigo 53, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD, sobre o candidato à presidência da Câmara Municipal de Valença nas próximas eleições Autárquicas

2 - Outros assuntos de interesse.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real de Santo António, para reunir, no próximo dia 16 de Fevereiro de 2017 (quinta-feira) pelas 21h30 na sede, sita na Rua Almirante Cândido dos Reis, nº 98, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Autárquicas 2017

2 - Assuntos diversos de interesse para a Secção

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vizela, para reunir, no próximo dia 24 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira) pelas 21h15 na sede, sita na Rua Fonseca e Castro, nº 130 - B, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Análise e aprovação das contas do exercício de 2016

2 - Apresentação e aprovação do Orçamento para o ano de 2017

3 - Dar parecer sobre o candidato à Câmara Municipal de Vizela nas próximas eleições autárquicas, nos termos do artigo 53, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD

4 - Outros assuntos



CONSELHO DISTRIAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Portalegre, para reunir no dia 11 de março, sábado, pelas 17 horas, no Centro Municipal de Cultura, sita na Rua 5 de Outubro, n.º21, 7320, Castelo de Vide, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política e partidária;
- 3 – Outros assuntos;
- 4 – Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital do PSD.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta Secção de Aveiro para reunirem no próximo dia 25 de fevereiro de 2017, pelas 15h00, na sede do PSD em Aveiro, situada na Av. Dr. Lourenço Peixinho, nº 170, 1º Andar, 3810- 170 Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Político Partidária;
- 2 – Outros assuntos.

CONCELHIA DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Lisboa para reunirem no dia 13 de março de 2017 (segunda-feira), pelas 18h, na Sede da Concelhia de Lisboa da JSD, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116, 2.º Esq., 1050-140 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio.

Notas:

As urnas estarão abertas das 17h às 21h30.

As listas candidatas deverão ser apresentadas, em duplicado, à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Lisboa ou a quem estatutariamente a possa substituir, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Matosinhos para reunir em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 11 de Março de 2017, pelas

16:00, na Sede do PSD Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário da concelhia de Matosinhos.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do Núcleo PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 16:00 e as 18:00.

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Seia para o Plenário a realizar no próximo dia 25 de Fevereiro de 2016 (sábado), pelas 15 horas, na Sede do PSD de Seia, sita na Av. 1.º de Maio, n.º 26, Seia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações gerais;
- 2 – Preparação das eleições autárquicas de 2017 e análise da situação política local;
- 3 – Preparação e calendarização das actividades da Concelhia;
- 4 – Outros Assuntos.

VIMIOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Vimioso, para reunir no próximo dia 18 de fevereiro de 2017, pelas 21:30 horas, na Sede Concelhia da JSD/PSD- Largo da Misericórdia, nº17, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Informações;
- 3 – Outros assuntos.